

## Prefácio da edição

**A** O CELEBRAR OS TRINTA E CINCO ANOS da Constituição Brasileira, a *Revista Carioca de Direito* desenvolve um histórico que envolve desde as discussões constituintes acerca da elevação dos Municípios à condição de entes autônomos da Federação Brasileira e a relevância da descentralização do poder para o regime democrático até as contemporâneas decisões do Supremo Tribunal Federal acerca dos conflitos interfederativos.

Afastando os “mitos da predominância do interesse e da subsidiariedade”, sustenta uma relação de pertinência temático-funcional entre o ente competente e aquele mais apto à realização de direitos fundamentais. Sob esta ótica, endossa a vinculação dos entes federados à implementação dos direitos, à luz do princípio maior da dignidade humana e do Federalismo por cooperação.

Também neste contexto, a edição apresenta a justiciabilidade dos direitos sociais ao longo do processo de amadurecimento constitucional, considerando o regime de fundamentalidade conferido aos direitos sociais endossado pela Constituição Brasileira, quando acolhe a visão integral dos direitos humanos.

Sob a perspectiva de afirmação do Estado Democrático de Direito e da institucionalidade democrática, a Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro reinventa sua atuação, com o compromisso de proteção dos direitos fundamentais, seja por meio de câmaras de conciliação ou de planos de ação travados com os órgãos de execução.

Além de tratar de outras questões constitucionais relevantes, como a assistência social e a saúde, a edição nos brinda com uma breve biografia do destacado constitucionalista

Afonso Arinos de Melo Franco e seu essencial protagonismo na elaboração da Constituição de 1988.

A concentração da biografia nos bastidores da Lei Afonso Arinos, aquela que primeiro veio a combater o racismo no país, por si só, revela a elevada sensibilidade e a visão humanista do Jurista profundamente comprometido com as garantias fundamentais.

As áreas consultiva e judicial da Procuradoria do Município também cumprem seu papel, seja na análise a respeito da colisão de direitos fundamentais, seja no comentário crítico ao Tema 698 do STF e sua relevância para um novo momento – menos adversarial e mais dialógico – do tema da judicialização das políticas públicas.

Por fim, merece menção a aula magna do curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Municipal Contemporâneo do Professor Ricardo Lodi a respeito da Reforma Tributária e do Federalismo, ao resgatar a necessidade de autonomia municipal no enfreado dos desafios que estão sob a competência dos Municípios.

Por todas estas razões, esta edição comemorativa simboliza um especial convite para avançar o debate democrático na arena municipal, visando ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito, por meio da vinculação dos entes federados à força normativa Constitucional e à sua vocação transformadora, radicada no princípio da dignidade humana.

**Flavia Piovesan\***

---

\* Possui Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996). É professora doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo nos programas de Graduação e Pós Graduação em Direito; visiting fellow do Human Rights Program da Harvard Law School (1995 e 2000); visiting fellow do Centre for Brazilian Studies da University of Oxford (2005); visiting fellow do Max-Planck-Institute for Comparative Public Law and International Law (Heidelberg, 2007-2008; 2015-2018) e Humboldt Foundation Georg Forster Research Fellow no Max-Planck-Institute for Comparative Public Law and International Law (2009-2014). Foi Membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; da UN High Level Task Force on the implementation of the right to development; e do OAS Working Group para o monitoramento do Protocolo de San Salvador em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais. Eleita para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (2018-2021).

| Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1701611968664709>

| ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9441-8376>